

A GEOPOLÍTICA DA CRISE ECONÔMICA DA EUROPA

Por Delano Teixeira Menezes*

Introdução

A compreensão do reordenamento do poder mundial será tão mais nítida quanto se possa interpretar a interação dos valores, da política, da geografia e da história do continente europeu e que são partes integrantes e inseparáveis de uma geopolítica global. No momento em que há a percepção de que a crise econômica no continente europeu se agrava, torna-se indispensável uma reflexão percuciente da multiplicidade de interesses dos Estados constituintes da União, que se entrelaçam e circunstancialmente são portadores de tensões.

Os Estados que compartilham aquele continente fundamentam e legitimam a aplicação do poder sobre o espaço geográfico que ocupam nas tradições, nas conquistas do passado, nas etnias que constituem seus habitantes e em particularidades que caracterizam cada “nação”. Cada uma delas, movidas por interesses específicos através dos séculos deslocaram-se nas mais diversas direções, particularizando a geopolítica da cada uma.

Como salienta Norbert Elias, “a “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou resultado calculado a longo prazo... A coisa acontece, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem”. É exatamente essa ordem que se criou ao longo de muitos séculos, e que ainda se está criando, que será impactada pela crise econômica em desdobramento. O conjunto da civilização europeia esteve submetido a reorganizações periódicas de relacionamentos nacionais, concomitantes a mudanças internas de sistemas de governo, que resultaram em transformações significativas das respectivas estruturas de poder, com reflexos na região de influência de cada Estado. A Europa como um todo, enquanto vivia suas disputas internas de poder, conseguiu influenciar quase todos os outros continentes. Em 1800, os europeus controlavam 35% das terras do globo, em 1878 cerca de 67% e em 1914, 84%. Essa projeção de poder da civilização europeia, ao atuar em áreas geográficas estratégicas do globo terrestre, desenhou uma geopolítica global que só começou a ser desarticulada ao final da Segunda Guerra Mundial.

A devastação do continente causada pelo conflito teve seus efeitos negativos mais duradouros nas estruturas sociais do que na economia. O plano Marshall e os diversos mecanismos de cooperação conseguiram recompor a maioria das economias continentais em bases modernas e eficientes, mas as gerações que foram perdidas nesse processo e as consequentes desagregações sociais produziram efeitos que se fizeram sentir até bem pouco tempo. A desarrumação da ordem existente privilegiou particularmente dois pólos de poder mundial que faziam da Europa o espaço da luta final, campo sagrado onde se derramaria a última gota de sangue da civilização ocidental: os Estados- Unidos, o único vencedor real do mundo ocidental na Guerra, e a União Soviética. Esses dois, por muito tempo, disputaram espaço de influência no continente. Em Berlim, para que os estilos de vida não se misturassem, criou-se até um muro dividindo famílias, amigos, costumes e alterando a malha do tecido social de grandes comunidades pela adoção de novos sistemas burocráticos. A potencial confrontação dos dois poderes resultou na permanência de grandes contingentes militares na Europa que, em certa medida, injetavam consideráveis volumes de recursos na economia e influenciavam as políticas públicas, os costumes, e as próprias relações sociais nos países onde se hospedaram.

Os Estados Unidos ainda mantêm mais de 70 mil homens e mulheres fardados na Europa. Mas os sentimentos nacionais e os temores antigos não desapareceram e, ao fim da bipolaridade, afloraram junto com outras questões de ordem que estavam reprimidas. Todas as incertezas advindas dessa realidade se constituem nas tintas geopolíticas que estão sendo usadas para pintar o novo quadro da realidade europeia e que deveriam ser, nem que parcialmente, resolvidas antes que uma crise econômica se instalasse.

Aos problemas econômicos que ora se tornam evidentes podem ser ainda fragmentos dos vícios criados de um lado pelo Plano Marshall e do outro pelos fortes subsídios dados pela antiga União Soviética aos países do seu bloco. Atualmente aqueles que souberam aproveitar construtivamente as ajudas recebidas à época, para promover a modernização de suas economias e as reformas sociais necessárias à nova realidade que se anunciava estão em melhores condições para superá-la.

2 – A Segurança Continental Diante da Crise Econômica

No final do século XX, parecia clara e iminente a cristalização do processo de integração europeia no estado transnacional iniciado nos anos 50. A maturidade política, cultural e econômica do continente teria sido quase que plenamente alcançada. Tudo levava a crer que os países signatários do tratado de Maastricht haviam afogado as velhas mágoas e disputas de poder nas águas dos novos tempos da modernidade e que estavam tomando posições mais realistas quanto à necessidade da construção de uma configuração política com base em algo que fosse mais além da econômica, tarefa esta tida como indispensável para não se deixarem ofuscar pelos lampejos do século XXI com a entrada de novos atores de peso na cena mundial. A rapidez com que a nova moeda foi aceita (exceto pela Grã-Bretanha) permitiu aos líderes da comunidade europeia acalentar um projeto político mais ambicioso.

O euro propiciou o controle efetivo do suprimento de moedas nas mãos dos bancos centrais europeus, com efeitos benéficos para o acompanhamento e homogeneização da economia continental. Isso reforçou a ideia de que seria possível ter uma moeda europeia sem um Estado europeu e introduziu ações positivas em toda economia da Europa. Os benefícios sociais, ainda que modestos, foram também positivos, pois facilitaram a mobilidade da população e o acesso ao emprego. Entretanto, mesmo que a maior parte da Europa tenha aceitado o euro com relativa facilidade, faltou aos líderes força política suficiente para aumentar a percepção de que o sucesso desse ambicioso projeto econômico-financeiro deveria ser seguido por um documento estruturante – uma Constituição. Tudo leva a crer que as vantagens conferidas pelo euro ao processo de integração econômica provocaram a aceleração do processo político. Entretanto, aspectos importantes, como a questão das nacionalidades, além de outros de cunho social, não foram suficientemente considerados. Sem levar em conta que o próprio euro ainda não havia sido bem assimilado por alguns países, particularmente os mais novos na associação e a própria Grã-Bretanha.

Do momento em que a possibilidade de uma Constituição foi concretizada em 1992, quando a Comunidade Econômica tornou-se União Europeia, até o referendo realizado na França, as condições econômicas positivas criadas pelo euro já não eram as mesmas. Em outras palavras, a ideia nasceu em tempos relativamente prósperos e o referendo se realizou em tempos mais árduos, em especial para as populações urbanas que começavam a sentir certo descontrole com a perda de postos de trabalho e as populações rurais com a iminência da perda de subsídios agrícolas que as sustentavam. Nesse quadro, o euro atuou como indutor e acelerador do processo liberalizante e de globalização da economia no espaço europeu, mas continuava faltando um documento estruturante que harmonizasse os desalinhamentos econômicos dos países da União.

Este parece ser o grande dilema do sistema político europeu - coisas que são aceitas quando a economia está saudável se tornam intoleráveis quando a economia não vai bem. Ironicamente o texto da Constituição pretendida, mas não aprovada, tinha um viés nitidamente liberal. A palavra “banco”, por exemplo, aparecia 176 vezes, “mercado” 78, “concorrência” 174 e “programa social” somente três vezes. A expressão “serviço público” aparece somente uma vez, para tratar das ajudas na coordenação dos transportes (Art. III - 238). O documento preferia usar a expressão “serviços econômicos de interesse geral”, que podem ser públicos ou privados (Art. II - 96), e, coroando o exagero liberal, os Estados ficariam com o encargo de evitar que o mercado fosse afetado em caso de guerra! (Art. III - 131).

Mas não parece que a questão primária seja somente econômica. Na França o maior obstáculo para uma reforma econômica é político e social - o brio nacionalista francês resiste em abrir mão da sua soberania. Este sentimento sempre esteve presente em todos os momentos da história da França, mas, especialmente no processo de integração, ele foi ativado quando os aspectos políticos da nova proposta interagiram com os tempos difíceis na economia. Este é o dilema, enquanto a população acredita que a solução dos seus próprios problemas está em suas mãos, os votos de aprovação às reformas significam não ter o controle das ações ou das políticas no novo sistema que se desenha. O francês comum ainda tem bastante consciência de que o seu país cresceu e mudou sob a direção e o planejamento do Estado (dirigisme, étatism) e tem demonstrado dificuldade em aceitar os novos valores liberais de mercado. A outra causa provável do insucesso da proposta de reforma na França é a sua incompreensível complexidade para um cidadão comum, consubstanciada em uma teia burocrática extenuante, que distancia os cidadãos de uma autoridade que não está nítida. O projeto completo de reformas na economia deixa a impressão de que a União Europeia seria governada por uma burocracia cujos caminhos não podem ser bem entendidos por todos os cidadãos.

Em outras palavras: se a estruturação pretendida na proposta da Constituição tivesse sido aprovada ou tivesse sido adotado qualquer outro documento capaz de estabelecer um ordenamento econômico mais nítido à época, a superação da crise atual seria menos complicada.

O sistema coletivo de defesa é outra questão que ainda está em aberto e não é de se esperar que seja resolvida com uma crise econômica em andamento. As normas estruturantes que eram estudadas abortaram com o insucesso da proposta de uma Constituição Europeia. É claro que em qualquer lugar, em épocas que questões sociais são tensas, a defesa não chama a atenção - é deixada para depois!

É de se esperar também que as questões de defesa sejam atenuadas considerando-se a existência da OTAN com o poderoso “guarda-chuva” militar dos Estados Unidos, o fim da contenda com o leste e as relações pacíficas de clássicos adversários do continente, França e Alemanha. Mas daí a congelar um status quo anacrônico é outra questão. Ainda mais que o Estado central e uma das locomotivas europeias, a França, sempre manteve uma distante indiferença em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mesmo sendo um dos países fundadores do Tratado, a França nunca foi membro do Comando Militar Integrado e condicionava o emprego de suas forças armadas na defesa continental às condições de segurança do território francês antes de qualquer coisa e nunca permitiu que tropas estrangeiras ficassem estacionadas no país. Este tratado de ajuda militar mútua nasceu em 4 de abril de 1949, quando França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Islândia, Itália e Noruega, e mais Canadá e Estados Unidos assinaram o protocolo de cooperação em Washington.

O consenso da Organização estava polarizado no artigo 5 do protocolo de criação - “um ataque contra um ou mais países membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todos eles”. Mais tarde, outros países foram se integrando ao Tratado, tais como a Grécia (ingressou em 1952, saiu em 1974 e reingressou em 1979), a Espanha (1982), a Turquia (1952) e a Alemanha (1955). Mais recentemente, entre 2004 e 2005, após a desarticulação da antiga União Soviética, países do Leste europeu, Lituânia, Estônia, República Tcheca, România, Bulgária, Letônia, Eslováquia e Eslovênia, depois de um longo período de negociações, foram integrados como novos parceiros.

Na lógica geopolítica da guerra fria, esse sistema de defesa promoveu substanciais contribuições ao processo de recuperação econômica, pelo fato de criar um ambiente seguro para a Europa e aquecer a economia regional, a partir do numeroso contingente de forças militares dos Estados Unidos e Canadá estacionadas no continente, situação que perdura até hoje. Atualmente tudo leva a crer que a agenda de defesa militar foi trocada por uma agenda política. Dessa forma os objetivos geopolíticos norte-americanos vêm-se mantendo desde 1947, quando os Estados Unidos a costuraram sua hegemonia militar, mantendo-se na Europa através da OTAN e em todo o continente americano com a criação, no mesmo ano, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR. Ambos os acordos tem princípios semelhantes por considerar que a agressão externa a qualquer dos países signatários é considerada uma agressão a todos.

A invasão do Iraque criou uma crise da qual a OTAN ainda luta para recuperar-se. O confronto das políticas anglo-americana e franco-germânica paralisou uma instituição que requer consenso nas suas decisões. Aliás, esta crise desvendou um fato curioso, se não ambíguo, para a existência do Tratado: os países da Europa central exceto a Rússia se alinharam com Washington, o que parece ter facilitado a sua aceitação como membros efetivos da coalisão militar. Estes países, ao saírem da órbita de Moscou, não se sentiam seguros ao lado da Alemanha e consideravam que a sua segurança dependia ou da França, por ser tradicional contraponto da Alemanha, ou da Inglaterra, que junto com a OTAN seria capaz de fazer frente à Rússia. A crise do Iraque definiu esta preferência na atual balança de poder europeu. Enquanto a Rússia não se recuperar econômica e militarmente e voltar a lutar pelos seus interesses nacionais, não haverá grandes ameaças à segurança da Europa Central. Os países dessa região parecem que estão voltados para a realização de três objetivos cruciais, que são fazer parte de um bloco extremamente próspero e de sucesso econômico e participar da criação de um Estado Europeu transnacional que possa conter permanentemente o nacionalismo expansionista alemão, ao mesmo tempo em que buscam um afastamento da Rússia.

Nesse contexto, a OTAN se insere no jogo de interesses geopolíticos porque conta com os Estados Unidos como mediador de valor para o equilíbrio de poder na região. Entretanto o papel norte-americano de superpotência militar com poderes de intervenção unilateral ao redor do mundo parece estar dependendo inevitavelmente de alianças confiáveis, pois sua capacidade não é ilimitada. Para invadir o Iraque, dispuseram no Golfo Pérsico de 75 por cento de seus aviões táticos em serviço, 42 por cento de seus tanques pesados modernos, 46 por cento de seus porta-aviões, 37 por cento dos efetivos do Exército e 46 por cento dos de fuzileiros navais. Tal grandeza de meios militares se fez necessário exatamente porque seus aliados europeus de maior expressão mostraram certo constrangimento político em apoiá-los com meios militares numa empreitada em que a ONU relutava em dar aval. Portanto, a OTAN ainda não entrou em colapso porque os aliados europeus são indispensáveis aos Estados Unidos na função de “polícia do mundo”, mas se mostra ineficiente para exercer a função precípua de defesa continental.

De qualquer forma, esta é uma questão ainda não resolvida pelos Estados membros da União Europeia.

Outras Questões que Afetam a Segurança

A União Europeia continua sendo o centro de gravidade da Europa, dominando um espaço econômico dos mais sofisticados e modernos do mundo, o que não ocorre quando se trata de envolver numa mesma entidade política uma instituição militar que atenda a propósitos do passado. A estrutura da OTAN foi toda construída em cima de um inimigo visível, real, com fronteiras definidas, tornando fácil dispor as Divisões, os tanques e os aviões em um espaço geográfico específico. Hoje o adversário não é dado claramente. Talvez seja preciso criá-lo, unificá-lo e atribuir-lhe uma coerência que naturalmente ele não tem. Hoje as ameaças à segurança europeia são mais hostis, dispersas, instáveis e impenetráveis do que nunca. Seus pontos de origem são também mais numerosos e dispersos em áreas geográficas remotas. Hoje as sociedades europeias se deparam com uma ameaça que vive na casa ao lado, com os mesmos direitos de cidadania, disputando as mesmas oportunidades e camuflados pela mesma complexidade de uma estrutura burocrática que cada vez tem mais dificuldade de prover segurança aos cidadãos sem restringir-lhes os direitos individuais. Outros acontecimentos no mundo parecem cindir ainda mais as diversas religiões e as culturas que convivem no espaço europeu, alimentando um crescente sentimento de repulsa a quem é de fora e incentivando o surgimento de radicalismos raciais que pareciam já terem sido superados.

As grandes ameaças à segurança do continente foram, no passado, as guerras europeias, enquanto hoje a nova ameaça que está sendo percebida com mais nitidez é a imigração. Quando envolve cidadãos originários de países fora da comunidade europeia, a imigração surge como tensão em dois âmbitos: no econômico, aumentando a competição por trabalho e por seguridade social e no social, incrementando a diversidade cultural e religiosa. Sob a ótica do sistema capitalista, a abundância de mão-de-obra disponível é, via de regra, uma condição conveniente, uma vez que o pleno emprego, ou de quase pleno emprego, como vinha acontecendo em muitos países europeus, encarece a mão-de-obra e, em consequência o custo de vida. Mas as imprevisíveis pulsações da economia mundial criam uma persistente taxa de desemprego e a chegada de grandes contingentes de imigrantes inflaciona o mercado de trabalho e gera crise social. Quando a imigração supria as faixas mais desqualificadas de trabalho, o problema não era muito visível, mas na atualidade somente a Índia coloca anualmente no mercado mundial de trabalho uma enorme quantidade de profissionais de alta qualidade, e isso tem implicações negativas na vida das pessoas, o sentimento de nacionalismo xenófobo aflora com intensidade e os radicalismos raciais e religiosos assumem feições mais hostis e ameaçadoras.

É importante que se considere também que a geração de europeus na faixa dos 50/70 anos, os chamados boomers, nascida no final dos anos 40 até 1960, que hoje poderia estar no topo da escala social foi seriamente prejudicada com relação às oportunidades de ascensão social e é altamente frustrada, pois, no auge de suas vidas economicamente ativas, a Europa estava passando por um longo período de austeridade econômica do pós-guerra, o que a manteve marginal ao limitado mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem um emprego satisfatório entre os vinte e os quarenta anos têm suas vidas frustradas, tornando-se deslocadas na estrutura social e descrentes da capacidade do estado em ampará-las.

O timing da vida humana não se concatena com o timing das teorias econômicas. Tal fato criou competição entre esta geração e a seguinte, que está assumindo posições relevantes no mercado de trabalho e empurrou a anterior para uma aposentadoria precoce, pressionando, dessa forma, a seguridade social. A introdução do imigrante no meio dessa disputa passa a ser a catálise do problema e, impulsionado por um refflorido sentimento de nacionalismo, o ingresso de imigrantes é visto como um fato perturbador no mercado de trabalho. O nacionalismo é uma expressão de identidade e com ela de dignidade e de amor-próprio que já estavam abalados, e quando o espaço de cada um fica menor no próprio país também o “eu” de cada um fica menor. Agreguem-se a isso os resquícios colonialistas que ainda parecem estampados na cultura dos países nucleares da Europa. A ironia disso tudo é que a população da França, da Alemanha e de outros países da Europa está mudando com a diversidade racial e cultural, com resultados irreversíveis para os que não querem que seu país mude.

A Europa não se sente à vontade com a diversidade étnica como ocorre nos países ex-colônias que convivem com as diferenças culturais com mais naturalidade. “A mãe-pátria não contemplou uma fusão do velho com o novo, embora isso pudesse acontecer e, de fato, acontece como nas colônias espanholas e portuguesas do Novo e do Velho Mundo”. Para o europeu médio fica a sensação de que ele está perdendo o controle do país para os imigrantes. Complicando mais esse quadro, a prática institucionaliza essa perda de controle quando assegura o direito de o imigrante circular por todos os países da União. Isso pode fazer sentido para os economistas que veem o mercado como o grande trunfo para o sucesso da economia, mas soa aos franceses como uma perda de controle, uma diluição da soberania. E o medo maior vem da possibilidade do ingresso da Turquia na União o que produziria uma avalanche de imigrantes muçulmanos, agregando ao componente econômico e social os complicados componentes religiosos e culturais.

Nesse quadro, surge a questão da soberania em alguns países, entre eles a França, não somente em questões de defesa, mas em algumas políticas e principalmente nas políticas sociais. São nestas políticas que a crise econômica toca, que afetam um sentimento caro e que foi construído com muita luta e sangue pela maioria dos países do continente - o sentimento de nacionalidade. Sentimento este que está incrustado nas menores comunidades de todo espaço da União Europeia, as quais fortaleceram os seus laços de solidariedade no meio a lutas sociais importantes, que possibilitaram a conquista dos benefícios de que hoje desfrutam e que veem ameaçados por uma economia em crise, com poucas chances de imputação de responsabilidades caso as reformas propostas pelos líderes de cada nação não derem certo. O povo francês certamente tem se perguntado se o seu governo deseja transferir maiores elementos de soberania para uma entidade monetária sobre a qual a França não tem controle. O francês não vê sua identidade como sendo comum ao resto da Europa e, certamente, o resto da Europa não tem identidade comum com a França.

Conclusão

A União Europeia foi fundada sobre princípios de conveniências econômicas, os quais com a tentativa de incorporações de componentes políticos e sociais estão se tornando rapidamente inconvenientes, pois agrega fortes sentimentos de nacionalidade e, com eles, os de soberania. Talvez a aceleração do processo de integração política tenha criado frustração quanto aos resultados desiguais da economia.

A integração econômica que implicava mais em questões técnicas e burocráticas do que propriamente políticas, não afetavam de um modo direto questões sensíveis ao povo, ao contrário, introduziu práticas salutaras nas trocas comerciais. Mesmo assim levou cinquenta anos para se consolidar. Assim não é de se esperar que uma reforma econômica de emergência, aparentemente dissociada do processo de integração anterior e que peca mais por omissão do que por inclusão seja assimilada em tão pouco tempo.

Muitas coisas que estão cristalizadas por uma prática não integralmente assimilada ainda não haviam conquistado totalmente a confiança da população, até porque as adesões a cada resolução adotada eram gradativas, como foi o caso da circulação de imigrantes entre os países, cujas consequências ainda não foram devidamente avaliadas, e a questão da segurança coletiva incorporando ao anacrônico Tratado do Atlântico Norte (OTAN) o sistema de defesa.

Também há que se considerar que a crise econômica atual poderia abalar a presença dos países da Europa Central na União Europeia em virtude do desalinhamento de suas economias em relação às dos demais e eles são peças de um novo jogo geopolítico ainda sem definição. Por enquanto os países dessa região não estão convencidos de que a Rússia, como poder regional dominante, tenha realmente sossegado em relação às suas pretensões geopolíticas, esfaceladas com o ocaso do império soviético. De fato, não se espera um súbito ressurgimento do domínio russo no curto prazo, mas ninguém está suficientemente convencido de que, a qualquer momento, uma mudança política em Moscou não possa criar novas realidades geopolíticas. Esse parece ser também o temor dos Estados Unidos, expresso em declarações de diversas autoridades norte-americanas, e pode ser o motivo do seu silêncio quanto à atualidade da OTAN. Ao mesmo tempo, a população da Europa Central, por questões enraizadas desde muito tempo na história das suas relações internacionais, ainda não tem razões fortes para confiar na Alemanha. Para o leste europeu, depois da queda do muro de Berlim, significa que a Alemanha reunificada emerge como um poder dominante na Europa.

Numa visão mais abrangente, o único vencedor nessa história são os Estados Unidos. Eles continuam mantendo presença no continente sob o pretexto de que a Rússia ainda não se acomodou e reivindicam a proteção dos países que saíram da órbita de Moscou, tarefa que uma Europa sem unidade política não pode cumprir.

A indiferença da França quanto aos fatos subsequentes à invasão do Iraque e os acontecimentos na Alemanha onde a frustração da social democracia produziu mudanças políticas internas significativas, repentinamente podem ter mudado a ideia de que a Europa era um problema crítico para os Estados Unidos, reduzindo à ideia de que a França e a Alemanha é que são críticas. De fato, os Estados Unidos não devem desejar uma Europa com políticas de defesa e de relações exteriores integradas. Com esse poder a Europa poderia se tornar perturbadora da proeminência global dos Estados Unidos.

Geopoliticamente é difícil vislumbrar-se dois poderes continentais com interesses semelhantes se mantendo em equilíbrio por muito tempo. Enquanto a Europa estiver absorta com os seus problemas de unificação política e, por causa disso, permanecendo fragmentada, poderá ser manipulada pelos Estados Unidos para atender os interesses norte-americanos.

A Europa unificada, como entidade transnacional, poderá demorar a existir, ainda que esse conceito seja crível. A França e a Alemanha somente poderão conter os Estados Unidos se forem de fato líderes de uma Europa una. Sozinhas, não passam de um poder secundário no cenário internacional. Os políticos alemães e franceses sabem disso e talvez por isso venham tentando acelerar o processo de unificação política e estão buscando consenso para a atual crise econômica.

A entrada em cena da China como um contrapeso respeitável aos Estado-Únidos também angustia os políticos europeus. O processo de equilíbrio de poder mundial está ainda em gestação e a Europa poderá perder a oportunidade de assumir o espaço que deseja na cena global se não souber manejar com sabedoria a atual crise econômica. 🌐

*Delano Teixeira Menezes é mestre em Sociologia e Diretor do Campus Brasília da Escola Superior de Guerra.

Referências Bibliográficas

- _____, *Traité Établissant eu Cosntitution pour l'Europe*, - La Documentation française - Paris, 2004.
- _____, *União Européia - Compilação dos Tratados* - [www. Europa.eu.int/abc/obj/treaties/pt/pttoc.htm](http://www.Europa.eu.int/abc/obj/treaties/pt/pttoc.htm)
- _____, *The Military Balance* - Oxford University Press, London, 2009-2010.
- Brezekinski, Zbigniew, *The Grand Chessboard* - Basic Books, New York, 1997.
- Castro, Therezinha, *Geopolítica - Princípios, Meios e Fins*. - Col. Pedro II, Rio de Janeiro 1986.
- Conn, Stetson e Fairchild, Byron, *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental* - Biblioteca do Exército Ed., Rio de Janeiro, 2000.
- Defarges, Philippe Moreau, *Introduction à la Géopolitique* - Éd. Du Seuil, Paris, 1994.
- Elias, Norbert, *O processo civilizador*, Vol. 2 - J.Zahar ed., Rio de Janeiro, 1993.
- Elias, Norbert, *Os Alemães* - J. Zahar ed., Rio de Janeiro, 1997.
- Huntington, Samuel P., *O Choque de Civilizações - Objetiva*, Rio de Janeiro, 1996.
- Kennedy, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, 2.ª Ed - Ed Campus, Rio de Janeiro, 1989.
- Landes, David S., *A Riqueza e a Pobreza das Nações* - Campus, Rio de Janeiro, 1998.
- Rufin, Jean-Christophe, *O Império e os novos Bárbaros*, 2.ª Ed. - Record, Rio de Janeiro, 1992.
- Schirmacher, Frank, *A Revolução dos Idosos* - Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2005.